

Paternidade na adolescência: na interface entre família, género e sexualidade

*Cristiane S. Cabral*⁶⁴

Introdução

Este artigo⁶⁵ reflete sobre os desdobramentos de uma gravidez ocorrida durante a adolescência de jovens do sexo masculino oriundos de camadas populares. A proposição investigativa se insere no escopo maior de preocupações com a gravidez na adolescência (GA), evento definido em termos etários pela OMS como a gestação ocorrida entre os 10 e os 20 anos incompletos.

A GA tem sido construída como problema social. Os qualificativos “precoce” e “indesejada” sempre acompanham a caracterização do fenômeno que representa, segundo o discurso hegemônico, fundado sobretudo em concepções médico-epidemiológicas, um desvio ou transtorno para a vida do(a) jovem. São ressaltados “riscos bio-psico-sociais” tanto para a mãe quanto para sua prole, estando os esforços das políticas públicas voltados para o “prevenir” ou “coibir” a gravidez “precoce”. Todavia, mudanças demográficas e sociais, especificamente as que dizem respeito às expectativas sociais em relação à juventude,⁶⁶ imprimem contornos de precocidade e problema ao evento, usualmente tratado de modo padronizado, sem uma distinção relativa ao gênero e à classe social.

No âmbito dos estudos sobre GA, a paternidade na adolescência não tem tido o mesmo investimento de pesquisa que a maternidade recebe. É fundamental a desconstrução da invisibilidade social do pai adolescente. Em toda a revisão da literatura sobre GA, nos deparamos com a constante problematização do tema gravidez na adolescência sob o ponto de vista feminino, no qual maternidade e gravidez são tomadas, em muitos casos, como sinônimos (cf. Calazans 1999; Cabral 2002). A abordagem do ponto de vista masculino possibilita o acesso a outros níveis de significados e relações, que remete a uma lógica contraceptiva, à formação de casal e à assunção da paternidade. Ressalta-se que este estudo aborda parte do fenômeno da GA ao encampar somente a gravidez que redundou em paternidade.⁶⁷

⁶⁴ Pesquisadora do Programa em Gênero, Sexualidade e Saúde do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Brasil).

⁶⁵ Este artigo deriva da dissertação de mestrado intitulada “Vicissitudes da gravidez na adolescência entre jovens das camadas populares do Rio de Janeiro”, apresentada ao Instituto de Medicina Social (UERJ), em janeiro de 2002. A pesquisa contou com apoio financeiro da Fundação Ford por intermédio do Programa Interinstitucional de Treinamento em Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva.

⁶⁶ Essas questões estão intimamente relacionadas a um outro processo, relativo à mudança na percepção social das idades (Ariès 1981).

⁶⁷ Estou ciente de que a escolha metodológica pode estar excluindo deste cenário todo universo de gestações ocorridas (levadas ou não a termo) que não chegou ao conhecimento dos informantes, fato este problematizado e alvo de análise no trabalho.

O universo pesquisado

A presente investigação⁶⁸ baseia-se em entrevistas individuais e na observação de contextos de sociabilidade com jovens que foram pais antes dos 20 anos completos e suas mães, todos moradores de uma comunidade favelada da cidade do Rio de Janeiro (Brasil). Foram realizadas 15 entrevistas com rapazes (com idade entre 18 e 24 anos) e 14 com mães. A adoção do critério etário da OMS viabiliza a comparabilidade entre este e os demais trabalhos sobre gravidez na adolescência.

O deslocamento da faixa de idade dos entrevistados é uma estratégia metodológica de não identificação imediata com o segmento etário abarcado na classificação de “adolescência”, o que permite a construção retrospectiva das trajetórias biográficas, bem como a avaliação das escolhas face determinados acontecimentos e suas conseqüências para as trajetórias de vida de cada jovem. Diferentemente das correntes que concebem adolescência e juventude como categoria etária, o presente estudo considera a juventude como processo, o que permite argumentar em favor das idades socialmente construídas, assim como sobre os modos de transição para a vida adulta. Esta concepção é congruente com a ênfase no caráter heterogêneo e diversificado da juventude, uma vez que guarda suas especificidades em termos de gênero, classe e etnia (Bourdieu 1983; Pais 1993; Casal 1999).

A utilização de “redes sociais ou de amizade” (Pais 1999) foi fundamental para a constituição de um *network*. Embora o universo do presente estudo seja composto por quinze jovens, os casos de gravidez totalizam vinte e três — alguns já estão com seu segundo ou, até mesmo, terceiro filho ainda dentro dos limites oficiais da adolescência. As idades com que têm o primeiro filho variam desde 15 até 19 anos; as parceiras são um pouco mais jovens do que eles, na maioria dos casos, e suas respectivas idades em que tiveram o primeiro filho varia entre os 12 até e 19 anos. As histórias contemplam gravidez planejada, indesejada, tentativas de aborto, radical oposição ao aborto, arranjos conjugais diversos, uniões exitosas, separações, distintos graus de apoio familiar, reconhecimento social da paternidade, rejeição do vínculo paterno, assunção apenas da criança e não da parceira, paternidade como estímulo ao ingresso no mundo da criminalidade ou como “antídoto à anomia”.

Apesar desta heterogeneidade, um fato se destaca: são vários os casos de gravidez com reconhecimento da paternidade.⁶⁹ Dada a natureza do objeto e a

⁶⁸ Este trabalho integra o projeto “Gravidez na adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil” (Pesquisa GRAVAD), investigação interdisciplinar na área da saúde coletiva que combina técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. Foi elaborado originalmente por Maria Luiza Heilborn (IMS/UERJ), Michel Bozon (INED, Paris), Estela M. L. Aquino (MUSA/ISC/UFBA), Daniela Knauth (NUPACS/UFRGS). O estudo foi realizado por três centros de pesquisa: Programa em Gênero, Sexualidade e Saúde do IMS/UERJ, Programa de Estudos em Gênero e Saúde do ISC/UFBA e Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde da UFRGS. Os principais resultados do inquérito encontram-se publicados no livro “O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros” (Rio de Janeiro: Garamond 2006), onde podem ser obtidas informações sobre a composição detalhada da equipe de pesquisadores. A pesquisa contou com apoio financeiro da Fundação Ford, do Programa de Bolsas do CNPq e da CAPES.

⁶⁹ Não posso me furtar à tensão aqui presente: a heterogeneidade dos dados frente à literatura sobre GA se desfaz quando esse material é analisado sob o ponto de vista da literatura

opção metodológica, a estratégia de escolha de informantes se deu pela existência de uma criança. Assim, deve-se considerar que a estratégia metodológica adotada tenha permitido um maior acesso aos casos de paternidade assumida do que em relação aos casos conflituosos de gravidez — paternidade não assumida, aborto, ou GAs que não chegaram ao conhecimento do jovem. O jovem protagonista de um caso de “não reconhecimento de paternidade” dá indícios do que pode estar contemplado e/ou ausente nos discursos, ao afirmar que tem uma filha (a primogênita), mas que é melhor “*pular essa parte*” porque não a “*assumiu*”. Este fato conduz à hipótese da existência de uma certa invisibilidade social dos casos de paternidade não assumidos, bem como dos casos de aborto, contribuindo assim para a composição do perfil deste universo pesquisado.

Ainda que os vínculos que unem os jovens entrevistados sejam de natureza variável, ressalta-se a existência de relações entre eles e o fato do conhecimento mútuo da condição da “paternidade precoce” sinaliza para o compartilhamento de condições semelhantes. Há uma sobreposição dessas redes em termos de gênero, classe, localidade, laços de vizinhança e amizade, que permite argumentar a favor de uma consistência sociológica do grupo de informantes. Salienta-se, assim, a constituição de um universo minimamente homogêneo que compartilha um horizonte comum de experiências e valores, que se desdobram em uma mesma visão de mundo.

Jovens pobres e a primazia do trabalho

Há que se tecer algumas considerações sobre as trajetórias escolar e profissional dos rapazes pesquisados. Um dos argumentos caros à literatura hegemônica sobre GA é o de que a trajetória escolar é interrompida pelo evento de gravidez. Contudo, tal suposição não se confirma com o peso que lhe é imputado ao cotejar os homens: eles possuem escolaridade e inserção profissional precários. Excetuando-se dois, os jovens já estão fora do sistema escolar, rompendo com uma das principais expectativas depositadas no período de juventude como fase de preparação para a vida adulta. A saída da escola se dá entre os 14 e os 18 anos, quando eles ainda cursam o ensino fundamental (5.^a à 8.^a série) e a busca por trabalho está vinculada a esta evasão. As atividades desenvolvidas são as que caracteristicamente compõem o mercado informal de trabalho. Poucos já conseguiram trabalho fixo, isto é, algum tipo de contrato formal. O desemprego é, atualmente, uma realidade para a metade dos entrevistados.

Sabe-se que o trabalho é uma relevante referência moral na trajetória dos jovens de camadas populares, além de ser importante elemento na construção da identidade masculina (Salem 1981, Duarte 1986). Neste universo há uma busca pela autonomia financeira em relação aos pais e, conseqüentemente, a possibilidade de acesso ao consumo de bens materiais. O trabalho aparece revestido de uma “orientação instrumental” (Pais 1993) através do qual torna-

sobre família em camadas populares ou ainda, em relação à literatura sobre masculinidades. Podem ser observados desfechos semelhantes nessas biografias, o que remete para um certo modelo de trajetória masculina nas camadas populares.

se possível "*ter o próprio dinheiro*" para "*comprar*" o que se deseja sem "*ficar dependendo da mãe ou do pai*".

As dificuldades em relação à escola⁷⁰ contribuem para que esta "orientação instrumental" face ao trabalho ganhe maior peso (Zaluar e Leal 1997). Há um projeto de autonomização e de expectativa de consumo, possibilitado pela atividade laborativa, que implica uma saída da escola antes do evento de gravidez. Desta forma, a GA, entre jovens do sexo masculino das camadas populares, vem acirrar as dificuldades e/ou desinteresse existentes com a escola, inviabilizando tentativas de retorno e/ou conclusão da escolaridade.

Os homens, a contraceção, e a classificação de mulheres

O contexto da relação e o tipo de parceria são elementos centrais para a compreensão do comportamento reprodutivo. Neste universo etnográfico há uma diversidade de situações: a gravidez pode ocorrer no âmbito da vida conjugal, consolidando a união. Todavia, a ocorrência mais significativa de casos é em meio a namoros, sendo fundamental para o destino da gravidez o tipo de relacionamento na qual ela se dá: nos estáveis, o reconhecimento do vínculo paterno é menos problemático ou conflituoso, ao passo que nos eventuais, dúvidas em relação à paternidade podem emergir. A classificação do relacionamento articula-se estreitamente com a categorização das parceiras: um operador lógico, extremamente forte, distingue as mulheres "da casa" e "da rua". Assim, a "qualificação" da parceria é central para a compreensão da ordem simbólica que funda os cuidados de proteção pessoal tanto no sentido da prevenção de DST's quanto dos "riscos" de uma gravidez.⁷¹

Há uma ordem cronológica entre os acontecimentos: o comportamento contraceptivo é sempre posterior ao início do relacionamento sexual com a parceira. Em nenhum caso houve utilização de qualquer método contraceptivo no primeiro intercurso sexual do casal; apenas posteriormente os rapazes procuram saber ("*perguntam*") se a moça "*está tomando remédio*" e, em caso negativo, a tendência é providenciar a compra do mesmo ou aconselhar que a parceira consulte um médico. Não faz parte do escopo das preocupações do rapaz saber, por exemplo, se o uso da pílula é feito corretamente. Em outras circunstâncias, nenhuma medida contraceptiva é adotada, a despeito das consecutivas relações sexuais. Dentre estas, perfilam-se os casos em que se alega que é atribuição exclusiva da mulher a responsabilidade relativa à vida reprodutiva, assim como aqueles que (sempre) atribuem à imprevisibilidade das relações o não-uso de algum método.

Neste contexto, deve-se indagar em que medida a expectativa de que os jovens tenham um projeto contraceptivo coerente com suas ações esteja supondo um alto grau de racionalização das relações, ou ainda, sua previsibilidade. Ademais, os atributos de gênero desempenham um papel decisivo nes-

⁷⁰ A repetência escolar ocorre com todos entrevistados.

⁷¹ A classificação moral do universo de parceiras entre mulheres 'da rua' e 'da casa' pode também ser ilustrada com questões que dizem respeito ao uso do preservativo masculino. Esta separação funciona como operador lógico na distinção e seleção das parceiras entre os informantes. O depoimento a seguir é um exemplo: [Já usou alguma vez a camisinha?] "Já, pô... essas mulher da rua aí eu uso, mas a *mulher de casa*, pô... minha mulher de casa não, é ruim hein!".

se tipo de comportamento. A literatura tem assinalado que a sexualidade masculina, pelo menos na cultura sexual brasileira, é frequentemente representada como incontrolável e, portanto, ser homem significa ter menos controle sobre os impulsos sexuais.

Salienta-se o fato da adoção de medidas anticonceptivas serem posteriores ao início da relação afetivo-sexual. A maior parte das parceiras (10 casos) era virgem quando começou o relacionamento com os rapazes e o tempo decorrido entre a iniciação sexual e a gravidez é variável. Pode-se questionar se o fato delas serem virgens representaria uma certa garantia no imaginário dos homens, de que essas mulheres não são “*pipa voada*”, nem “*moça rodada*” e, portanto, podem ser “*minas de fé*”. Este modelo que contrapõe a “mulher da casa” à “mulher da rua” é tido como um dos ordenadores das relações de gênero e já foi largamente estudado na sociedade brasileira (Da Matta 1985).

Coabitação, conjugalidade: possíveis desenlaces diante da gravidez

As trajetórias afetivo-sexuais encontradas assinalam casos de gravidez ocorridos em seguida ao início da vida sexual da moça, e os desfechos são o reconhecimento do vínculo paterno — que pode se desdobrar em coabitação com a moça ou redundar somente no reconhecimento da criança, elidindo-se a responsabilidade para com a parceira.

Sobressai, contudo, o fato de haver um expressivo movimento em direção à coabitação, seja pela perda da virgindade da parceira, ou por uma gravidez. Observação similar é feita por Luker (1996) ao afirmar que as adolescentes se casam ou passam a coabitar muito mais frequentemente do que se pensa no senso comum. Dentre as quinze trajetórias analisadas, observa-se que há coabitação com as parceiras em função da gravidez em dez casos. A coabitação deflagrada a partir da constatação da gravidez da parceira é indicativa do reconhecimento do rapaz em relação à paternidade. Neste momento, as famílias de ambos os parceiros, mais precisamente as mães, desempenham papel fundamental, seja em termos da negociação ao suporte para a constituição do casal, à cogitação ao aborto etc. Esta situação remete ao grau de aceitação da gravidez e seu maior ou menor enquadramento no contexto familiar e social (cf. Vilar e Gaspar 1999).

Não há uma autonomização imediata em termos de coabitação do casal, mas sim uma acolhida das famílias. O apoio ofertado ao casal varia desde ajuda financeira para o enxoval do bebê até cessão de cômodos no interior das casas. Aos poucos, esses cômodos ganham amplitude e se tornam domicílios independentes — é frequente o relato do tipo “*meu pai me deu a parte de cima para eu construir...*”. Ressalta-se que a coabitação está frequentemente inserida em regras de residência indicativas de um maior apoio da família do rapaz. Diferentemente do que se propala no senso comum acerca do compromisso masculino nessa faixa etária diante da gravidez de uma parceira, a coabitação e conjugalidade se apresentam como alternativa, sendo a virilocalidade⁷² a estratégia de legitimação social da aliança. O suporte das famílias pode

⁷² A respeito da virilocalidade como estratégia de constituição e legitimação social da aliança, ver também (Leal e Fachel 1999).

também denotar uma cobrança social, no sentido de que o rapaz “assuma” o que fez, estabelecendo compromisso com a moça. Nesse contexto, se “sentir responsável” e “assumir” os atos é atributo de virilidade e integra o ideário da masculinidade.

Se, por um lado, a gravidez parece concorrer para a constituição e/ou fortalecimento do casal (em apenas três casos de GA nenhum tipo de conjugalidade é estabelecido e esses são os episódios de gravidez com parceira “eventual”), por outro lado, há também reversão da coabitação com o nascimento da criança, fato presente em quatro casos. Na versão dos rapazes, a reversão não significa, necessariamente, o rompimento do vínculo. Todavia, é instigante a formação de casal com o advento da gravidez, seguida da instalação de uma “crise conjugal” com o nascimento da criança. As justificativas centram-se mais em questões de sociabilidade ou nos argumentos da “liberdade cercada” do que em termos de constrangimentos de ordem econômica.

Salienta-se que a assunção da paternidade nesse estrato social depende, em muito, da ajuda das respectivas famílias.⁷³ As famílias de origem estão envolvidas não apenas no momento de constituição do casal mas também, e principalmente, no momento de sua dissolução. Geralmente, as parceiras e os filhos retornam para suas redes familiares. O apoio financeiro que os rapazes oferecem a seus filhos e/ou parceiras acompanham a proporção de seus rendimentos.

De forma semelhante, o apoio das famílias de origem é fundamental sobretudo nos casos em que não há coabitação ou vínculo com as parceiras.⁷⁴ As crianças permanecem na rede familiar materna, mas recebem suporte de ambos os lados: as avós maternas e paternas respondem tanto pelo apoio material quanto pelos cuidados com as crianças. Ressalta-se que as duas únicas histórias de não coabitação com reconhecimento do vínculo paterno têm em comum a dúvida em relação à paternidade biológica. O curioso é que os jovens se referem ao que há de mais avançado em termos de teste de paternidade: o de DNA. Todavia, a dúvida é dirimida no nascimento da criança com a afirmação: “*quando nasceu, vi que era a minha cara*”. Além disso, em ambos os casos havia uma ameaça de familiares maternos de “dar a criança”. Há explicitamente aqui toda uma correlação de forças que envolve pressão familiar e social para que o rapaz “assuma o que fez” e a ameaça do filho “ser dado” é uma pressão das mais eficazes no sentido da responsabilização diante da paternidade.

No material empírico analisado há apenas um caso que poderia ser identificado como “paternidade irresponsável”, em que não há assunção ou reconhecimento do vínculo paterno. Nesse episódio, embora o rapaz reconheça a paternidade biológica, ele não possui nenhuma relação ou compromisso com

⁷³ Este mesmo fato é também constatado nos casos de paternidade na adolescência em meio a jovens de camadas médias; entretanto, o apoio de seus familiares não decorre em função de constrangimentos materiais, mas sim em prol da preservação dos projetos educacionais (Heilborn *et al.*, 2002).

⁷⁴ No universo analisado há dois casos de não coabitação mas com reconhecimento do vínculo paterno. Os elementos comuns a ambos os episódios são: relacionamento eventual, multiplicidade de parceiras sexuais, dúvidas em relação à paternidade e defloração da parceira.

a criança. A parceira é dois anos mais velha que o rapaz. Ao situar a moça em sua trajetória afetiva, o rapaz diz que ela “*não foi nada pra mim*”. Todo o ônus fica com a parceira e com a rede familiar dela. Coincidentemente ou não, nenhum membro de sua família tem conhecimento da história dessa gravidez — “*eles não sabem*” — o que é diferente em relação a seus outros dois filhos. Este caso é exemplar para a afirmação de que o sentido da paternidade é dado pelo “conviver” e pelo “assumir”, não resultando apenas da reprodução biológica (cf. Arilha 1999).

A assunção da paternidade

As soluções que decorrem dos episódios de “gravidez na adolescência” são múltiplas. Há uma pluralidade de situações e nem todos os pais adolescentes são “irresponsáveis”. Há diversos graus de apoio familiar, assim como são distintos os modos de assunção da paternidade, variando desde o fortalecimento do vínculo com a parceira e coabitação, até a incorporação exclusiva da criança. De todo modo, sobressai a participação das famílias de origem não só no sentido da acolhida domiciliar para o casal (ou para a jovem-mãe), mas sobretudo, em relação ao suporte material da criança. Os valores que estes rapazes recebem com seus trabalhos/biscates são, a princípio, insuficientes para o sustento de uma criança. Este cenário indica a existência muito mais de uma “assunção moral da paternidade” pelos rapazes do que efetivamente material, uma vez que o suporte financeiro da criança é em grande medida feito pelas famílias de origem. Em outras palavras, nesse universo em que a ajuda recíproca é fundamental, são as famílias de origem que possibilitam que o rapaz assuma a paternidade na medida em que preenchem o hiato entre a assunção moral da paternidade e o suporte material da criança.

Episódios de gravidez subseqüentes ao início da vida sexualmente ativa da moça indicam a permanência de atributos tradicionais no que concerne os papéis e relações de gênero. O “assumir a paternidade” pode ser interpretado como um reparo ou contradádiva ao defloramento da moça. Há também casos de gravidez num calendário próximo ao do início da vida sexual do rapaz. Ambas as situações podem ser contextualizadas segundo uma cultura sexual e de gênero que impele/incita o homem ao não controle sobre seus impulsos sexuais e deixa nas mãos das mulheres uma certa responsabilização sobre as questões contraceptivas (Cabral 2003). Este cenário é propiciador do desconhecimento dos homens quanto aos métodos contraceptivos e, sobretudo, há que se considerar a hipótese da gravidez como uma importante forma de publicização do início da vida sexualmente ativa do rapaz. Além disso, o “assumir”, categoria sintética para o “responsabilizar-se pelo que fez”, condensa o comportamento valorizado pelo jovem, seus familiares e grupo de pares e é signo de uma vida adulta e viril.

Há que se enfatizar tanto o efeito estabilizador quanto o disruptivo produzido pela paternidade na trajetória do jovem. São assinalados pelos informantes os efeitos positivos do nascimento de uma criança, expressos nos relatos como maturidade e responsabilização. A categoria “responsabilidade” é encompassadora da nova posição que devem assumir perante a vida: precisam abrir mão da “brincadeira”, da “molecagem” e dos excessos para passar a um outro *status*, que implica seriedade, obrigações, vínculos e dependência. Há

também um plano discursivo no qual são claramente reconhecidas as perdas que a paternidade implica. Assinalam-se as alterações no âmbito da sociabilidade, pois os imperativos do “dar o exemplo” e do “ter que trabalhar” sinalizam uma certa diminuição do tempo livre para a “zooção” e para o convívio com os pares, freqüentemente subsumidos na expressão “perda de liberdade”.

Os jovens afirmam claramente que a paternidade significa amadurecimento e responsabilidade. Desse modo, se o processo de transição para a vida adulta é definido em termos da incorporação progressiva de atributos caracterizado por autonomia residencial/conjugal e profissional/financeira, o nascimento e a assunção de um filho parecem incrementar esse processo. Ainda que a autonomia financeira e material seja, na prática, relativa, os discursos dos rapazes estão eivados de uma obrigação moral que impele o homem a assumir e desempenhar a função de provedor. “Ter reponsabilidade”, conseqüência direta da paternidade, implica incorporação ou assunção de novos papéis. Em outras palavras, a assunção da paternidade — ainda que no plano discursivo seja prevalente sobre o das práticas — efetua a transição de uma condição à outra: para alguns, ela representa a consolidação do processo de passagem à vida adulta; para outros, ela acirra essa transição. Mais ainda, se o engravidamento joga um importante papel na construção da identidade masculina, na medida em que representa a publicização de sua potência e virilidade, é a assunção da paternidade que proporciona ao jovem a consolidação da imagem do homem “maduro”, “responsável”, “adulto”.

Em suma, os percursos de vida aqui analisados, sob o prisma da paternidade juvenil em camadas populares são, a um só tempo, exemplos de uma forma tradicional de transição à vida adulta, em que há uma passagem curta ou condensada para o estatuto adulto, e de um certo modelo de trajetória masculina nas camadas populares.

Bibliografia

Ariès, Philippe (1981), *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Guanabara.

Arilha, Margareth (1999), *Masculinidades e Gênero: discursos sobre responsabilidade na reprodução*, Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – PUC, São Paulo.

Bourdieu, Pierre (1983), “A ‘juventude’ é apenas uma palavra”. In *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero.

Cabral, Cristiane S. (2003), “Contracepção e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro”, *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19 (Sup. 2): S283-S292.

Cabral, Cristiane S. (2002), *Vicissitudes da gravidez na adolescência entre jovens das camadas populares do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – IMS, UERJ, Rio de Janeiro.

Calazans, Gabriela, “Cultura Adolescente e Saúde: perspectivas para a investigação”. In Oliveira, Maria Coleta (org.), *Cultura, adolescência e saúde: Argentina, Brasil, México*. Campinas: Consórcio de Programas em Saúde Reprodutiva e Sexualidade na América Latina (CEDES/COLMEX/N).

Casal, Joaquim (1997), “Modos emergentes de transición a la vida adulta en el umbral del siglo XXI: aproximación sucesiva, precariedad y desestructu-

ración”. In Pais, J. M. e Chisholm, L. (coord.), *Jovens em mudança — Actas do Congresso Internacional Growing up Between Centre and Periphery*. Lisboa: ICS-UL.

Da Matta, Roberto (1985), *A Casa e a Rua*. São Paulo: Brasiliense.

Duarte, Luiz Fernando Dias (1986), *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Zahar.

Heilborn, Maria Luiza *et al.* (2002), “Aproximações Sócio-antropológicas sobre Gravidez na Adolescência”. *Horizontes Antropológicos*, Rio de Janeiro, ano 7, n.º 17.

Leal, Ondina F. e Fachel, Jandyra M. G. (1999), “Jovens, sexualidade e estratégias matrimoniais”. In Heilborn, M. L. (org.), *Sexualidade: o Olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar.

Luker, Kristin (1996), *Dubious conceptions. The politics of teenage pregnancy*. Cambridge: Harvard University Press.

Pais, José Machado. (1993). *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Pais, José Machado (1999), “Introdução”. In Pais, J. M. (org.), *Traços e riscos de vida: uma abordagem qualitativa dos modos de vida juvenis*. Porto: Ambar.

Salem, Tânia (1981), “Mulheres Faveladas: ‘com a venda nos olhos’”. In Franchetto *et al.*, *Perspectivas Antropológicas da Mulher 1*. Rio de Janeiro: Zahar.

Vilar, Duarte e Gaspar, Ana Micaela (1999), “Traços redondos. A gravidez em mães adolescentes”. In Pais, J. M. (org.), *Traços e riscos de vida: uma abordagem qualitativa dos modos de vida juvenis*. Porto: Ambar.

Zaluar, Alba e Leal, Maria Cristina (1997), “Gênero e Educação Pública: uma comparação entre o CIEP e a Escola Comum”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, vol. 78, n.ºs 188/189/190, Janeiro/Dezembro.